

**REQUERIMENTO N° /2015**  
**(Do Sr. PAULO AZI)**

**Solicita o convite de especialistas em jogos para debater a reabertura dos jogos e cassinos no Brasil.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 58 § 2º item II e nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Reunião de Audiência Pública para discutir a questão da reabertura dos jogos e Cassinos no Brasil, convidando, para este fim, sua excelência, os senhores:

- **Michel Misse, sociólogo e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**
- **Magnho José – Presidente do Instituto Jogos Legal**

### **Justificação**

Dentro do escopo da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 442, de 1991 para criar um marco regulatório para os jogos no Brasil, apresentei o PL 2903/15 que propõe regulamentar a exploração dos jogos em todo território brasileiro.

Devemos ressaltar, prioritariamente, que o objetivo desse Projeto parte da premissa que o jogo já existe no Brasil, mas é majoritariamente ilegal e minoritariamente legalizado por meio de loterias operacionalizadas pela União (Caixa Econômica). O que se pretende então não é criar algo novo, mas legalizar, regulamentar e tributar essa parte majoritária, de forma a trazer para a formalidade uma atividade já em curso no Brasil.

Segundo o sociólogo Michel Misse, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista no tema, avalia que a clandestinidade nunca evitou que cassinos e o jogo do bicho operassem no Brasil. Por causa disso, ele defende a regulamentação. “Desde que haja um grande controle estatal, que a lei seja clara quanto à movimentação financeira, eu não vejo problema algum. O que abre precedente para a corrupção é ilegalidade e a tolerância para com algumas atividades, como é o caso dos jogos de azar.”

Já o senhor Magnho José, presidente do Instituto Jogo Legal, editor de uma newsletter pela internet sobre jogos e loterias, que há mais de quinze anos analisa a movimentação do mercado lotérico e de jogos no Brasil, vem questionando “a quem interessa manter os jogos na ilegalidade?” e “a quem interessa manter esse enorme volume de recursos que circula nos jogos sem uma destinação social?”

São questionamentos dessa natureza que temos que buscar responder, e esses especialistas muito podem contribuir para o aprimoramento dessa regulamentação pretendida. Torna-se fundamental, portanto, ouvi-los no âmbito desta Comissão

Assim, em face do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em      de outubro de 2015

**PAULO AZI**  
Deputado Federal (DEM-BA)